

“A LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: O SURDO E O DOWN”

Adriana Flávia Florentino SANTOS

Ana Paula Armelin NINCI

Angélica CAGNAN

Dominique Missio de FARIA

Melissa Cristina FORATO

Robson Eudes DUARTE

(Orientadora): Profa. Dra. Terezinha J. M. Maher

RESUMO: Neste trabalho pretendemos, a partir da análise de textos escritos sobre notícias e reportagens veiculadas por um telejornal, descrever e discutir os modos como a sociedade atribui, através da linguagem, identidades a dois grupos sociais – um grupo composto por pessoas surdas e outro por pessoas com Síndrome de Down.

Atualmente, o preconceito para com o diferente vem sendo exaustivamente criticado por setores da sociedade.¹ O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação que a sociedade tem com o diferente, focalizando, especificamente, os surdos e as pessoas com Síndrome de Down, e chamar a atenção do leitor para os modos utilizados para referir-se a esses grupos na mídia. Antes de procedermos à análise dos dados utilizados em nosso estudo, importa tecer algumas considerações sobre as noções de linguagem e identidade e a relação entre elas.

A identidade pode ser compreendida como sendo um processo construído - histórico e socialmente - em múltiplas direções. Segundo Peter Berger e Thomas Luckman (apud Maher, 1996), a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade. Uma vez cristalizada (a identidade) é mantida, modificada, ou mesmo, remodelada pelas relações sociais. De acordo com os autores, o sistema social determina as relações sociais, as quais, por sua vez, determinam a identidade. A sociedade determina deste modo, não só o que fazemos, mas também o que somos, já que “*a identidade é atribuída socialmente, sustentada e transformada socialmente*” .

¹. Segundo Borges (2002), preconceito é “um julgamento que formulamos a propósito de uma pessoa, grupo de indivíduos ou povo que ainda não conhecemos. Trata-se, portanto, de uma opinião ou sentimento que adotamos irrefletidamente, sem fundamento ou razão.”

A linguagem, por outro lado, é um dos meios mais importantes que utilizamos para nos enunciarmos. É através dela que expressamos nossos sentimentos, nossas crenças e todos os aspectos que nos compõem como indivíduos, ou seja, é através dela que projetamos nossa imagem como ser social, histórico, político, cultural... Sendo assim, a linguagem não é um mero instrumento de comunicação: ela é, sobretudo, um *locus* de construção das identidades do sujeito (Orlandi, 1998).

Tendo entendido a relação linguagem-identidade como exposto acima, analisamos as maneiras pelas quais os discursos em língua portuguesa referem-se ao diferente. É interessante e muito importante averiguar como são (re)construídas socialmente as identidades das pessoas que têm suas diferenças de certa forma estereotipadas – tanto no aspecto físico, quanto no mental. Mas, como falar do diferente é algo muito abrangente, selecionamos, como já dito, o Surdo e o Down como focos de investigação.

Na seleção do *corpus* analisado, consideramos necessário focalizar os meios que atingem um grande número de pessoas, podendo ser considerados ou como construtores/impositores de idéias, ou como meio de homogeneização e propagação/compartilhamento das mesmas. A mídia (o rádio, cinema, televisão, telefone, internet e a escrita impressa em geral) pode ser entendida, segundo Houaiss (2006), como os meios de comunicação social de massa não diretamente interpessoais. Ela constitui, portanto, um instrumento eficiente para a exposição da relação que a sociedade estabelece com o diferente.

Segundo Silva (2006), a cultura de massa se (re)produz em consonância com normas massivas de fabricação industrial, espalhada por técnicas de difusão maciça, tendo como alvo uma massa social o mais abrangente possível. A autora diz ainda que

“(...) na realidade, cultura e comunicação são dois termos que se interpenetram desde o surgimento dos primeiros meios de comunicação social. Apesar da existência de outros agentes mediadores e transmissores de cultura, como a Educação ou a Família, é inegável o poder que os media exercem sobre um número elevado de indivíduos” (SILVA, 2006, p. 3).

É razoável, então, dizer que a mídia é um veículo de informação que exerce grande influência na sociedade e que, portanto, seu conteúdo pode ser relevante para o estudo da relação da sociedade com os diferentes. E, considerando que, no Brasil, a mídia mais popular é a televisão, é coerente que a tenhamos escolhido para a coleta de dados a respeito dos Surdos e Downs. Elegemos como fonte dos dados da pesquisa o programa o Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo de Televisão e acessível, no modo escrito, no site da própria emissora, através do link www.globo.com. As notícias analisadas datam

dos anos de 2003 a 2006. Procuramos escolher textos escritos de um determinado programa de rede pública de radiodifusão televisiva que, ao veicular notícias e reportagens, não trouxesse apenas o ponto de vista da emissora, mas também, quando por essa permitido, a voz das pessoas entrevistadas. Outro critério para a escolha do programa foi a audiência geralmente obtida por ele, em comparação com outros de mesma natureza.

Passemos para a análise dos dados obtidos, começando por aqueles que fazem referência aos Downs. Observemos, inicialmente, o excerto abaixo, retirado da reportagem “Babá que bateu em bebê presta depoimento”.² Como o próprio nome indica, a referida reportagem diz respeito a um incidente que chocou a sociedade brasileira à época por envolver a agressão à um bebê Down.

“A babá presa depois de ser filmada espancando um bebê portador da Síndrome de Down prestou depoimento hoje em Uberlândia.”

Podemos observar o uso de expressão “Portador de Síndrome de Down”, nomenclatura essa que parece-nos ser merecedora de discussão. Analisemos os significados possíveis da palavra “portador”, segundo o dicionário Houaiss:³

- que ou aquele que carrega a bagagem; carregador;
- que ou aquele que leva alguma coisa (carta, objeto), a mando ou a pedido de alguém, para entregar a outra pessoa;
- que ou aquele que traz ou leva notícias, novidades; mensageiro.

Diante dos significados elencados, torna-se clara a impropriedade do termo para designar pessoas com Síndrome de Down. A Síndrome de Down é uma doença causada por fatores cromossômicos, mais precisamente, pela ocorrência de três (trissomia) cromossomos 21. As pessoas com essa síndrome, portanto, não a carregam; tampouco levam-na para entregar a outrem. Trata-se simplesmente de uma característica própria delas; uma característica que constitui um aspecto – e apenas um aspecto – de sua identidade como ser social. Portanto, referenciar uma pessoa como sendo “portadora de Down” é, além de inadequado, pernicioso porque pode contribuir para sedimentar o preconceito contra ela.

² Essa reportagem está disponível em <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0..AA1328610-3586.00.html> (acesso em 27/10/2006)

³ Acessível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=portador&stipe=k> (acesso em 27/10/2006)

O preconceito em relação aos Down é foco de uma reportagem – “Escolas desrespeitam Constituição e recusam alunos”⁴ – que contem o trecho abaixo reproduzido:

“Talvez por isso, *poucas escolas acolhem gente como Zeca, que tem Síndrome de Down*. Na sexta série, *ele é mais lento (...)*” (ênfases nossas)

Essa reportagem mostra a inconstitucionalidade da não aceitação de crianças com necessidades especiais em instituições escolares, pois as leis brasileiras contemplam a aceitação do diferente nas escolas, principalmente nas escolas públicas. O texto explica porque jovens como Zeca, que é Down, encontram toda sorte de dificuldades para encontrar escolas que os aceitem como alunos. Poucos setores da sociedade acolhem as pessoas que fogem do modelo ideal estabelecido por ela e essa exclusão abrange também a instituição escolar. A criança com Síndrome de Down tem o seu desenvolvimento mais lento do que as outras, porém, isso não pode ser considerado uma barreira intransponível para o seu desenvolvimento pessoal. Fazer do Down alvo de discriminação impede que ele atue na sociedade de forma significativa.

Vejam agora como o surdo é referenciado nos textos que analisamos. Antes, porém, cabe fazermos algumas observações sobre a surdez e a identidade do sujeito surdo.

“Ser Surdo” remete a uma identidade do sujeito com surdez e referir-se a ele como “deficiente auditivo” é uma forma de não respeitar essa identidade. Durante algumas entrevistas que realizamos antes da elaboração deste trabalho, as próprias pessoas com surdez nos disseram que preferem ser chamados de “surdas” ao invés de “deficientes auditivos”, pois a palavra “deficiente” implica, quase sempre, problemas mentais, o que, evidentemente, não se aplica ao estado de surdez: o surdo é apenas alguém que não ouve; não há, nessa definição, nenhuma relação com sua saúde mental, com sua capacidade cognitiva. Porém, por mais que pessoas com essas características se identifiquem como “Surdos”, a sociedade tende a encará-los como deficientes:

“A intenção de que as crianças surdas fossem em um hipotético futuro adultos ouvintes, originou um doloroso jogo de ficção de identidades. Neste jogo, os Surdos levam a pior parte, porque acabam sofrendo e sentindo-se forasteiros, porque são catalogados, não só como não ouvintes, mas também, como autistas, psicóticos, deficientes mentais, afásicos e esquizofrênicos. Estes estereótipos não são inocentes nem ingênuos, e seguindo a concepção de Stan e Shohat (1995), revelam formas opressivas que somente em um

⁴ Disponível em <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA780077-3586,00.html> (acesso em 21/11/2006).

começo podem ser inócuas, são uma forma de controle social e determinam, justamente, uma devastação psíquica causada por retratos, sistematicamente negativos, destes grupos” (SKLIAR, 1997, p.37).

Nos excertos que seguem, procuramos demonstrar como, através do discurso midiático, a sociedade referencia o Surdo.

Começamos com uma reportagem - “Um homem escraviza *deficientes auditivos*”⁵ - que noticia e discute as implicações de do crime cometido por um homem que, falaciosamente, oferecia emprego a surdos e, em seguida, viajava com eles para vários lugares do país, submetendo-os a trabalhos escravos. Em um dos trechos da reportagem, encontramos:

“*Deficientes auditivos* de todo o Brasil têm sido enganados por um homem que promete emprego. Uma das vítimas está desaparecida.” (ênfase nossa)

“A proposta foi feita pelo paulista Marcos Santana Campos, que também tem *deficiência auditiva*.” (ênfase nossa)

Nesta matéria, percebe-se que há referências a Surdos com termos inadequados (deficiência, deficiente). A palavra “deficiente”, como já dito, tem uma conotação negativa pelo fato de expressar uma idéia de *falta* no indivíduo, por denotar uma suposta incapacidade inerente a toda pessoa com surdez.

E uma reportagem do dia 09/11/2004 - “Dia de Combate à Deficiência Auditiva: médicos mostram a *importância* de um exame”,⁶ - encontramos a palavra “deficiente” no contexto clínico. A matéria mostra a importância do exame auditivo realizado em bebês recém-nascidos: os resultados de tais exames podem evitar que déficits auditivos se agravem com o tempo, afetando a aquisição da linguagem. No contexto clínico, notamos que a palavra “deficiência” é empregada no sentido de que a pessoa possui uma doença que deve ser curada a qualquer custo. Segundo Skliar(1997, p.34):

“A concepção de indivíduo surdo refere-se, unicamente, a uma dimensão clínica – a surdez como deficiência, os surdos como doentes – dentro de uma perspectiva terapêutica, os surdos devem ser reeducados e/ou curados”

⁵. Disponível em <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,AA1245460-3586,00.html> (acesso em 03/08/2006)

⁶. Disponível em <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,AA860178-3586,00.html> (acesso em 29/04/2007)

Percebe-se como, também no discurso clínico, aparece a questão da “falta”: “falta” algo – a audição – para que os surdos possam ser considerados sujeitos plenos; por isso, é preciso “curá-los” dessa “doença”.

As maneiras pelas quais os grupos sociais aqui focalizados são referenciados na mídia colocam esses grupos em situações à margem da sociedade e contribuem para que os Down e os Surdo duvidem da capacidade que certamente têm de contribuir e se posicionar na sociedade. Convém ressaltar, entretanto, que, como explicitamos no início desse texto, a identidade do sujeito pode ser modificada de acordo com as relações sociais que ele mantém. Se a sociedade se livrar de seus preconceitos e, principalmente, ouvir as reivindicações desses “diferentes”, a eles certamente serão atribuídas identidades que realmente os definam, o que permitirá que eles reconstruam suas próprias identidades de forma mais positiva.

Procuramos, nesse trabalho, destacar a importância da referência nos processos de construção identitária, focalizando o modo como os surdos e Downs aparecem no discurso da mídia. Com a análise que fizemos, esperamos ter demonstrado o modo como o discurso midiático ajuda a cristalizar o preconceito em relação a essas pessoas, mesmo nas situações em que ele se propõe a argumentar contra esse preconceito. Os trechos das notícias e das reportagens aqui analisados revelam que a mídia, ao mesmo tempo que deseja criticar o preconceito, utiliza-se de uma linguagem que remete ao mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BORGES, E., MEDEIROS, C. A. e D'ADESKY, J. (2002). Racismo, Preconceito e Intolerância. São Paulo: Atual.
- CUCHE D. (2002). A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC.
- HOUAISS, Dicionário On-Line da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm> Acessado em 15 de novembro de 2006.
- MAHER, T. M. (1996) Ser Professor Sendo Índio: Questões de Língua(gem) e Identidade. Tese de Doutorado. IEL, Unicamp (inédita).
- ORLANDI, E. P.(1998) “Identidade Lingüística Escolar”. In I. Signorini (org.) Língua(gem) e Identidade – Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras/São Paulo,SP: FAPESP.
- SILVA, A. F. (2006) "Os Meios de Comunicação Social enquanto elementos de regulação cultural - breve apontamento". Instituto Superior de Entre Douro e Vouga, <http://www.bocc.ubi.pt/listas/autores.php>
- SKLIAR, C. B. (1997) “A Educação para os Surdos: entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças.” In Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngüe para Surdos, INES (org.). Ed. Littera Maciel.

www.globo.com/JornalNacional